

ECONOMIA CIRCULAR E O MOVIMENTO SLOW FASHION: ESTRATÉGIAS NA SOCIEDADE DE RISCO

Circular Economy and the Slow Fashion Movement:
Strategies in the risk society

Ana Luíza Casasanta Garcia^(*)
Thais Miranda Santa Helena^(**)

Resumo

Com o advento do capitalismo e a crise da modernidade, transformações estruturais em nível global passam a se configurar como alvos de discussões em teorias sociológicas. O conceito de risco passou a ser foco destas discussões, tornando-se a base para o entendimento do modo como os riscos ambientais e tecnológicos atingem as transformações do projeto histórico da modernidade. Novos projetos surgem, dentre os quais se destacam a economia circular e o *slow fashion*. Utilizando o referencial teórico de Ulrich Beck e Anthony Giddens, o objetivo principal deste artigo busca discorrer a respeito da economia circular moldada pela Fundação Ellen MacArthur e enfatizar como ela se confecciona como uma estratégia eficaz para o enfrentamento dos principais conflitos econômicos contemporâneos. A partir do estudo, foi possível constatar que a economia circular e o *slow fashion* podem ser considerados estratégias de combate aos riscos ambientais encontrados na modernidade.

Palavras-chave: Sociedade de risco. *Slow fashion*. Economia circular. Consciência reflexiva.

Abstract

With the advent of capitalism and the crisis of modernity, structural transformations at the global level have become the subject of discussion in sociological theories. The concept of risk has become the focus of these discussions, becoming the basis for understanding how environmental and technological risks affect the transformations of the historical project of modernity. New projects emerge, among which the circular economy and slow fashion stand out. Using the theoretical framework of Ulrich Beck and Anthony Giddens, the main objective of this paper is to discuss the circular economy shaped by the Ellen MacArthur Foundation and emphasize how it is made as an effective strategy for facing major contemporary economic conflicts. From the study, it was found that the circular economy and slow fashion can be considered strategies to combat the environmental risks encountered in modernity.

Keyword: Risk society. Slow fashion. Circular economy. Reflective awareness.

(*) Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas-UFSC. Bolsista CAPES. Mestre em Psicologia e Cultura- Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora no Laboratório de Novas Tecnologias- LANTEC/UFSC. Psicóloga CRP12/15591
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0164153254097429>
Email: analuizagarcia@hotmail.com

(**) Graduada em Administração na UFSC
Email: thaismirandash@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos comerciais da Europa do século XV e o marco da Revolução Industrial do século XVIII são alguns exemplos para se pensar a respeito de como valores morais e éticos são moldados em um período histórico-cultural específico que culminam na moldagem de pensamentos e ações humanas. Na época do feudalismo, por exemplo, a economia era agrícola e autossuficiente. No entanto, com o surgimento das Cruzadas, impulsionadas pela campanha feita pelo Papa Urbano, em 1095, em contraposição cristã à expansão do Islã, criou-se uma nova classe social da burguesia que, como não possuía um lugar social específico em uma sociedade feudal, exigiu uma transformação social da moral vigente para se estabelecer.

Dessa forma, ao longo dos anos, as cruzadas e o surgimento da burguesia fizeram com que fosse necessária a quebra do sistema anterior. Diante disso, os valores morais e os costumes da época já não abarcavam os interesses do Terceiro Estado. Foi necessária uma transformação no processo de subjetivação dos sujeitos e, com a ajuda do Renascimento, novos costumes foram construídos para englobar o novo sistema capitalista e isso implicou em novas maneiras dos sujeitos se relacionarem e imporem condições de funcionamento desta nova forma de sociedade (HOLANDA, 1936).

Constituindo-se como características desta nova sociedade, o ato de consumir passou a ganhar espaço, decorrente das consequências da Revolução Industrial Francesa. Historiadores, então, evidenciam que a Revolução Industrial influenciou em grandes transformações no modo de produção, como a substituição das ferramentas pelas máquinas, a troca da energia humana em energia motriz e o modo de produção artesanal em sistema fabril, inaugurando o início de uma era marcada pela larga produção de bens, forte competitividade, disputa por novos mercados e pelo consumo exagerado (LIMA, 2010).

Cronologicamente, após a Revolução Industrial, iniciou-se a globalização, que trouxe uma forte integração entre culturas e mercados, disseminando o capitalismo (GODECKE; NAIME; FIGUEIREDO, 2012). O grande resultado desses eventos e mudanças foi o surgimento do modelo econômico linear. Van Eijk e Joustra (2017) comentam sobre a prática do modelo econômico linear:

Os últimos 150 anos de evolução industrial foram dominados por um modelo de produção e consumo descartável ou linear, no qual os produtos manufaturados a partir de matérias-primas são vendidos, utilizados e, depois, descartados como lixo. Esse modelo tem sido excepcionalmente bem-sucedido em fornecer ao consumidor produtos

a preços acessíveis, além de prosperidade material a bilhões de pessoas. É inviável continuarmos com a atual economia de extração-transformação-descarte” (VAN EIJK E JOUSTRA, 2017, p.15, tradução livre).

No entanto, esse modelo econômico seria e é insustentável em longo prazo, uma vez que suas consequências resultam na redução gradativamente dos recursos naturais e uma acumulação de resíduos e concentração de carbono na atmosfera (WWF, 2014). Frente à isso, teóricos da Sociologia, como Anthony Giddens e Ulrich Beck, dirão, a partir da reflexão sobre o modo como a economia se moldou ao longo dos últimos tempos, que vivemos hoje numa sociedade de risco.

Por sociedade de risco, entende-se que há um lado “sombrio” na época em que vivemos, denominada por Giddens (1993) de Alta Modernidade. Neste lado, a saber, há uma série de ações e consequências que englobam preocupações referentes aos limites do uso da racionalidade científica, bem como danos ambientais ocasionados pelas práticas industriais. Diante desse quadro, vê-se necessário o questionamento: como lidar com as consequências do modo de produção e de consumo que vivemos na alta modernidade?

Pensando sobre esta problemática, Anthony Giddens e Ulrich Beck fazem uma análise sobre esta sociedade de risco, buscando, também, refletir sobre como a sociedade atual se molda na atualidade e como pensamentos e sujeitos se constituem imbricados nela. A partir disso, Giddens (1990) caracteriza sete formas de riscos.

Em primeiro lugar, o autor dá atenção à globalização do risco, enfatizando que ela, por si só, pode sucumbir nossa existência. Abrangendo este pensamento, no segundo ponto, o autor destaca que a globalização, ao possibilitar múltiplas mudanças e múltiplos mercados, pode fazer com que haja a diminuição da lucratividade de cada empresa. Assim, a globalização seria “(...) uma mistura complexa de processos que freqüentemente atuam de forma contraditória, produzindo conflitos, desarticulações e novas formas de estratificação”, que intensifica os riscos” (GIDDENS, 1990).

Em terceiro lugar, Giddens reflete sobre a socialização da natureza e como esta relação faz com que haja riscos. Em quinto, o autor destaca sobre os mercados de investimento financeiros e suas consequências para a sociedade. No sexto ponto, Giddens reflete sobre a disseminação e popularidade do risco, sobre como as informações são transpassadas à sociedade. Por fim, Giddens sinaliza a respeito das

limitações das práticas de perícias e como o sistema perito pode ser falho e intensificar os riscos (GIDDENS, 1990).

Dando respaldo à esta discussão, o autor Beck conceitua “sociedade de risco” correlacionando-a com os perigos fabricados de forma industrial que são exteriorizados economicamente, individualizados no plano jurídico e legitimados no plano das ciências exatas e minimizados no plano político. Neste cenário, de acordo com o autor, os sujeitos passam a ter de lidar com os riscos que eles próprios produzem, por isso, fala-se de modernização reflexiva (BECK, 2008).

Neste sentido, a sociedade de risco considera, primeiramente, a tese de que a produção e distribuição de riquezas é acompanhada pela distribuição social de riscos (poluição, crises econômicas). Segundo Beck (2008), os riscos são entendidos como em oposição aos dramas naturais, como, por exemplo, os perigos gerados pelas decisões sociais. A sociedade de risco, dessa maneira, pode ser traduzida pelo estado de insegurança que acaba por comprometer a vida na Terra.

Dessa forma, a respeito da sociedade de risco, vê-se como necessária a reflexibilidade. O conceito, tratado por Beck (2008), refere-se a fatores que não podem ser controlados e que influenciam nossas vidas de alguma maneira. Sobre este ponto, entende-se que ela não se refere tão somente a “auto confrontação” dos efeitos das ações da sociedade de risco sobre os sujeitos, mas também a uma potencial reflexão. De acordo com o autor, uma visão “simples” ante uma análise da sociedade não é capaz de nortear análises pertinentes dos fenômenos do arranjo social.

Entende-se, portanto, que o modo de produção atual reflete em um consumo exacerbado que, via de regra, é insustentável. Assim, é possível destacar movimentos que evidenciam esta problemática, como a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada pela ONU em 1992. Nesta, colocou-se em pauta questões relacionadas a degradação dos recursos naturais. Como resultado, elaborou-se a Agenda 21 que contém um programa detalhado para afastar o mundo do modelo econômico insustentável, na qual já estávamos inseridos na época, direcionando as atividades para proteção e renovação dos recursos ambientais (ONU, 2018). Neste sentido, meio a esses levantamentos sobre o meio ambiente, reconhece-se a necessidade de uma nova abordagem de desenvolvimento econômico, um novo modelo que seja sustentável e que

coloque a racionalidade ambiental e econômica frente às decisões de uma organização (LEITÃO, 2015).

Também decorrente das reflexões acerca da sociedade de risco, surgiu-se a economia circular. De acordo com a Fundação Ellen MacArthur (2010), a economia circular busca redefinir a noção de crescimento. Dessa forma, este tipo de economia é caracterizada pela atividade econômica do consumo de recursos finitos, visando eliminar resíduos do sistema por princípio e apoiada por uma transição para fontes de energia renovável. Entretanto, devido a falta de familiaridade e o medo do desconhecido, a ideia da economia circular demorou a ganhar força, mas pode ser identificada pelo movimento do *slow fashion*, por exemplo (STAHEL, 2016, tradução livre).

Assim, alicerçado nas discussões sobre produção consciente que propõem soluções sustentáveis, nasce um novo modelo de produção no segmento da moda, o *slow fashion*. Segundo Ferronato e Franzato (2015) este movimento promove os aspectos ambientais, sociais e éticos e, segundo Fletcher (2007), entende-se que:

O *slow fashion* é projetar, produzir, consumir e viver melhor. A moda lenta não é baseada no tempo, mas na qualidade (que tem alguns componentes de tempo). Lento não é o oposto de rápido - não há dualismo - mas uma abordagem diferente em que designers, compradores, varejistas e consumidores estão mais conscientes dos impactos dos produtos sobre os trabalhadores, comunidades e ecossistemas [...] é sobre escolha, informação, diversidade cultural e identidade. Criticamente, também é sobre equilíbrio. Requer uma combinação de mudança imaginativa rápida e expressão simbólica (moda), bem como durabilidade e produtos de qualidade e envolventes de longo prazo. (Fletcher, 2007, tradução livre).

Mergulhando no entendimento deste movimento, identifica-se que, considerando ser o mercado da moda um dos mais expressivos mundialmente, o *slow fashion* pode ser pensado como um esforço contrário ao consumo exacerbado de itens da moda, conhecido como *fast fashion*.

O *fast fashion* é entendido por meio da rápida velocidade em que a indústria têxtil e o vestuário propagam a moda, levando as tendências de moda de forma acelerada, o que conseqüentemente influencia os consumidores a comprar mais. Neste sentido, observa-se que os consumidores não estão apenas comprando, mas também descartando em ritmo acelerado (POOKULANGARA; SHEPHARD, 2013). Meio a esta explosão de tendências, acredita-se que o Brasil produz 170 mil toneladas de retalho por

ano, segundo estimativas do SEBRAE (2017). Além disso, tem-se que, desse montante, um total de 80% dos resíduos são descartados em lixões.

É perceptível, então, que o movimento *fast fashion* parece ser uma tendência que intensifica os riscos de nossa sociedade, de acordo com o que discorre Giddens e Beck. Dessa forma, entendendo que os riscos ambientais e tecnológicos, presentes na modernidade, tornaram-se base para o entendimento das características, limites e transformações do projeto histórico da modernidade, este artigo buscou discorrer a respeito da economia circular moldada pela Fundação Ellen MacArthur e enfatizar como ela se confecciona como uma estratégia eficaz para o enfrentamento dos principais conflitos econômicos contemporâneos. Ainda, almejou-se problematizar sobre os riscos presentes na modernidade e suas consequências e danos para a sociedade.

Para tal, portanto, apresenta-se, primeiramente, o consumismo e sua relação com a produção de resíduos sólidos, subsidiando a sociedade de risco. Após isso, descreve-se o movimento da economia circular e do *slow fashion*, evidenciando a discussão sobre a sociedade de risco, no entendimento de Beck e Giddens. Por fim, evidencia-se as considerações possíveis oriundas desta discussão.

2 O CONSUMISMO, A SOCIEDADE DE RISCO E A GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Com a Revolução Industrial, o ato de consumir se intensificou. Neste processo, a industrialização resultou em expressivas mudanças na sociedade: intensificou-se o comércio, o consumo e o avanço tecnológico no campo da informática e das telecomunicações (LIMA, 2010). Meio a essas transformações, o crescente processo de industrialização passou a ser visto como uma forma de ascensão, inclusive, mais futuramente, determinando a divisão dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos (LIMA, 2010). Moldou-se, então, a figura do homem consumista e o ato de consumir passou a representar uma forma de afirmação social (SILVA; OLIVEIRA; SILVA, 2015).

Analistas e sociólogos que debruçaram-se à estudar o modo como estas mudanças refletiram na auto-identidade dos indivíduos ressaltam que em diferentes áreas da vida humana é possível identificar mudanças. Exemplo disso é ilustrado pelo

modo como a família se insere neste meio. Neste sentido, as antigas famílias tradicionais - focadas na produção e no trabalho – passaram a ser substituídas por famílias focadas no consumo e trouxe consigo a ideia de que a acumulação de riqueza material tem um valor fundamental (GODECKE; NAIME; FIGUEIREDO, 2012). Com esta ideia, um “o intenso ritmo de produção, aliado ao consumo exacerbado acarretou a depredação ambiental, de forma a comprometer a própria vida no planeta” (LIMA, 2010, p. 1686). Dessa forma, emerge-se uma cultura do consumismo, que, muitas das vezes é associada com o prazer e com a busca pela satisfação.

Isto, por sua vez, acarreta em consequências, devido a utilização descontrolada dos recursos naturais, ocasionando “devastação de florestas, chuvas ácidas, desertificação, aquecimento global, atmosfera poluída pela emissão de partículas tóxicas, diminuição das calotas polares” (LIMA, 2010, p. 1686). Ilustrada pelo impacto dos humanos sobre o meio ambiente (JACOBI, 1999), a cultura do consumismo, então, pode ser entendida como uma orientação que leva as pessoas a reconhecerem sentidos e significados por meio daquilo que consomem (ASSADOURIAN, 2010).

Percebe-se, então, uma forte presença do consumo na vida da sociedade, exercendo um papel central que influencia suas maneiras de pensar, agir e sentir (GODECKE; NAIME; FIGUEIREDO, 2012). Bem como, Silva et al (2015) diz que o consumo afeta diretamente na forma da sociedade pensar, deslocando a importância de ser e existir para ter e consumir, reafirmando o homem consumista.

Não só tecnologia evoluiu com a globalização, como os meios de comunicação também evoluíram. Com aparelhos eletrônicos conectados à internet, a população consegue ter acesso a infinitas fontes de conteúdo, o marketing influencia o consumismo através das mídias sociais, mas “existe no seio da sociedade uma moral que condena esses atos, levando o consumidor a enfrentar um sentimento de culpa ao dar vazão aos seus desejos de consumo” (GODECKE; NAIME; FIGUEIREDO, 2012, p. 1702).

Da mesma forma Lima (2010, p. 1688) ressalta: “A publicidade constitui papel indispensável na consolidação deste consumismo. Ela suscita o desejo, cria o estímulo para a compra. Depois, reforça seu uso, fazendo com que o consumidor crie o hábito pelo consumo do produto, tornando-o, ao final, fiel a uma marca.” (LIMA, 2010, p. 1688)

Com o passar do tempo, a população do planeta aumentou, atualmente o IBGE (2018) projeta 209 milhões de habitantes. A demanda sobre o ecossistema cresceu junto e, conseqüentemente, a demanda é muito maior nas áreas urbanas pela concentração populacional (GODECKE; NAIME; FIGUEIREDO, 2012).

Visto que “vivemos num Planeta finito, limitado, não só em recursos materiais e energéticos, mas também em espaço e capacidade de assimilar a poluição gerada” (LEITÃO, 2015, p 151), a utilização descontrolada dos recursos naturais ocasionou grandes impactos no meio ambiente, que já são percebidos como, por exemplo, “devastação de florestas, chuvas ácidas, desertificação, aquecimento global, atmosfera poluída pela emissão de partículas tóxicas, diminuição das calotas polares” (LIMA, 2010, p. 1686). De acordo com Jacobi (1999, p. 175), “o quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente estão se tornando cada vez mais complexos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos”.

Já ocorreram diversos encontros mundiais em prol do meio ambiente. Em 1972, teve a Convenção de Estocolmo, colocando em pauta que os Estados deveriam reconhecer o meio ambiente como direito e dever fundamental. (LIMA, 2010). Em seguida, em 1992, teve a Conferência Rio92 que deu origem a documentos em prol da conservação do meio ambiente (GODECKE; NAIME; FIGUEIREDO, 2012). Um desses documentos é a “Agenda 21”, que é um programa detalhado para afastar o mundo do modelo econômico insustentável, na qual já estávamos inseridos na época, direcionando as atividades para proteção e renovação dos recursos ambientais (ONU, 2018).

A partir da grave situação ambiental, surgiu uma inquietação no que diz respeito ao futuro e impulsionou as sociedades a iniciar um processo de busca de soluções para tentar evitar o esgotamento dos recursos naturais existentes. (LIMA, 2010). Nessa esfera, para tentar reverter esse desgaste do meio ambiente, entra a importância da Política dos 3R's, que foi publicada na Agenda 21:

Quadro 1 - Política dos 3R's

“R”	Significado
Reduzir	Consumir menos produtos e preferir aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade
Reutilizar	Utilizar novamente as embalagens
Reciclar	Produzir matéria-prima a partir da transformação de materiais descartados para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2005).

É importante uma mudança nos hábitos de consumo para reduzir a produção de resíduos sólidos. A quebra do paradigma de que todo resíduo não tem mais funcionalidade é fundamental para essa mudança, pois, a maioria das matérias-primas tem uma vida muito longa. Como afirma Silva et al (2015, p. 6), atualmente, “a revisão do paradigma do “lixo”, que passa a ser concebido como resíduo, tem definido que ele pode e deve ser reinserido no metabolismo industrial”.

Entretanto, parece que a população com o passar do tempo tem esquecido a importância dos 3R’s. Um exemplo perceptível é que a quantidade de plástico reciclado no país caiu drasticamente, como é possível visualizar no gráfico (Figura 2):

Figura 2 - Gráfico de evolução da reciclagem de PET no Brasil (Tx1000)



Fonte: ABIPET (apud ABRELPE, 2016, p. 55)

Existem diversos problemas no Brasil em relação às políticas que envolvem os resíduos sólidos. Um deles é o sistema de coleta que não é eficaz, pois muitas cidades não têm coleta e essa parcela do lixo não tem o destino correto, o que dificulta mais ainda a reutilização do resíduo. De acordo com o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, publicado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE (2016), o Brasil gerou 78,3 milhões de toneladas de resíduos sólidos, equivalente a uma média de 1,040kg per capita por dia, no ano de 2016, e desse montante total, 71,3 milhões de toneladas foram coletadas, ou seja, 7 milhões de toneladas de resíduos não foram coletados e tiveram a disposição final errada.

Analisando mais profundamente, essa parcela de lixo que não foi coletada é resultado dos 30,4% dos municípios do Brasil que não possuem coleta seletiva, e entre todas regiões o Nordeste tem o menor índice de cobertura de coleta seletiva igual a 79% (ABRELPE, 2016). Dados realmente assustadores, pois teoricamente 21% do Nordeste não tem coleta seletiva de resíduo sólido, no século XXI.

Além disso, o descarte dos resíduos sólidos está longe de ser consciente. De acordo com esse mesmo documento, a disposição final das 71,3 milhões de toneladas de resíduos sólidos coletados em 2016, apenas 58,4% do montante anual foi destinado à aterros sanitários, que seria o ambientalmente correto. Já a outra parcela, 24,2% foi destinado a aterros controlados e 17,4% para lixões, consideradas unidades de

destinação inadequadas, prejudiciais ao meio ambiente. Grandes consequências são visíveis quando o lixo é depositado em locais inadequados ou a coleta é deficitária, com por exemplos: “contaminação do solo, ar e água; proliferação de vetores transmissores de doenças; entupimento de redes de drenagem urbana; enchentes; degradação do ambiente e depreciação imobiliária; doenças” (Brasília, p. 114, 2005).

Entretanto, percebe-se que o lixo ter um destino correto não é o suficiente para solucionar os problemas. A mudança precisa vir antes do descarte, antes do consumo, da consciência do ser humano. Visto que seria necessária a capacidade regenerativa de 1,5 Terras para suprir o que usamos pois nossa demanda é maior que a capacidade de reposição do planeta (WWF, 2014).

Mas, mudar aspectos culturais da sociedade não é tão simples, como afirma Assadourian (2010, p. 3), fazendo uma analogia entre o ato de consumir e o de respirar:

Os seres humanos estão cravados em sistemas culturais, são moldados e refreados por suas culturas e, quase sempre, agem apenas de acordo com as realidades culturais de suas vidas. As normas, símbolos, valores e tradições culturais que acompanham o crescimento de uma pessoa tornam-se “naturais”. Assim, pedir às pessoas que vivem em sociedades de consumo que restrinjam o consumo é o mesmo que lhes pedir para parar de respirar – elas conseguem fazê-lo por um momento, mas depois, arquejando, inalarão ar outra vez.

Em relação a tudo isso, um dado positivo foi encontrado. Segundo ABRELPE (2016), a população brasileira registrou um crescimento de 0,8% entre os anos 2015 e 2016, enquanto a geração per capita de resíduos sólidos registrou uma queda de quase 3% no mesmo período. Entretanto, essa pequena queda na “produção” de resíduos não é o suficiente para equilibrar o ciclo da natureza de acordo com os dados apresentados acima. É necessário conscientizar as pessoas para ajudar a reverter essa situação antes que seja tarde demais.

3 ECONOMIA CIRCULAR

A utilização dos recursos naturais pelos seres humanos é uma atividade que ocorre há tempos, no entanto, o grande problema é que a demanda dos seres humanos é maior do que o Planeta Terra pode oferecer. Em meio a discussões sobre o meio ambiente, a economia virou protagonista do assunto.

Os conceitos da economia circular têm sido aplicados com sucesso em pequenas escalas, desde a década de 1990, em parques eco-industriais como a Simbiose

Kalundborg, na Dinamarca (STAHHEL, 2016). Porém, mais no final da década de 1970, que alguns estudiosos começaram a desenvolver escolas de pensamentos, como por exemplo: Design Regenerativo, Economia de Performance, Cradle to Cradle (do berço ao berço), Ecologia Industrial, Biomimética e Blue Economy; com linhas de pensamento pertencem a economia circular (ELLEN MACARTHUR, 2017). Assuntos e práticas a respeito desse modelo econômico existem a tempos, no entanto, a falta de familiaridade com o assunto e o medo do desconhecido significa que a ideia da economia circular demorou a ganhar força (SATHHEL, 2016).

Atualmente a economia circular tem ganhado forças. Em 2010, foi fundada no Reino Unido a Ellen MacArthur Foundation, que hoje atua em escala mundial em prol da propagação da economia circular. Diante do levantamento bibliográfico realizado, foram encontrados alguns conceitos da Economia Circular.

Em muitas definições, têm-se que a o modelo de economia circular surgiu em confronto ao modelo de economia linear. Da mesma forma como afirmam Linder e Willander (2015, tradução livre), que um modelo de negócio circular pode ser contrastado com um modelo de negócios linear, na qual hoje constitui a maioria das indústrias de manufatura.

Mas, afinal o que é esse modelo econômico linear? É exatamente aquele “modelo econômico insustentável” que a Agenda 21 contestou. Segundo o Parlamento Europeu (2015, tradução livre) a economia linear, conhecida também como tradicional, é baseada em retirar, fazer, consumir e descartar.

A economia linear vive da síndrome “maior, melhor, mais rápido e mais seguro”, as empresas ganham dinheiro produzindo em grande volume mercadorias baratas e atraentes (STAHHEL, 2016, tradução livre). Van Eijk e Joustra (2017, p.15, tradução livre) comentam sobre o modelo linear:

Os últimos 150 anos de evolução industrial foram dominados por um modelo de produção e consumo descartável ou linear, no qual os produtos manufaturados a partir de matérias-primas são vendidos, utilizados e, depois, descartados como lixo. Esse modelo tem sido excepcionalmente bem-sucedido em fornecer ao consumidor produtos a preços acessíveis, além de prosperidade material a bilhões de pessoas. É inviável continuarmos com a atual economia de extração-transformação-descarte.

A economia linear funciona com um modelo de valor altamente baseado no desperdício. Esse modelo de economia linear é insustentável, visto que os recursos naturais tem disponibilidade limitada (LEITÃO, 2015). Para a inserção da economia

circular é necessário quebrar os paradigmas dominantes desde a Revolução Industrial (VAN EIJK; JOUSTRA, 2017).

A sociedade moderna rompeu os ciclos da natureza: por um lado, extraímos mais e mais matérias primas, por outro, fazemos crescer montanhas de lixo. E como todo esse rejeito não retorna ao ciclo natural, transformando-se em novas matérias-primas, pode tornar-se uma perigosa fonte de contaminação para o meio ambiente ou de doenças (BRASILIA, 2005, p. 114).

Atualmente, a Europa é um exemplo do modelo econômico circular. Em janeiro deste ano (2018) a Comissão Europeia do Meio Ambiente lançou um Plano de Ação da Economia Circular a fim de acelerar o processo de transformação da economia. Dentre os objetivos do Plano de Ação, os principais são: reciclar 65% dos resíduos urbanos, reciclar 75% dos resíduos de embalagens e reduzir o aterro em 10%, e atingir tudo isso em toda Europa até 2030. “As ações propostas contribuirão para “fechar o círculo” dos ciclos de vida dos produtos por meio de maior reciclagem e reutilização, além de trazer benefícios tanto para o meio ambiente quanto para a economia”, de acordo com a Comissão Europeia (2018). O círculo na qual se refere é o da economia, onde o máximo de “resíduo” retorna para cadeia de valor.

A economia circular fecha a cadeia produtiva que o modelo econômico linear sustenta há anos. O resíduo que antes era considerado no modelo linear, dentro do modelo econômico circular ele deve ser considerado como matéria-prima de outro processo, tal que o fluxo dos materiais possa ser mantido continuamente numa cadeia produtiva fechada (LEITÃO, 2015). Em geral, econômico circular carrega três princípios fundamentais que são: preservar e aumentar o capital natural, otimizar a produção de recursos e fomentar a eficácia do sistema.

Esse modelo econômico busca uma proximidade da Natureza, embasando a ideia do metabolismo nela (VAN EIJK, JOUSTRA, 2017). Leitão (2015, p 153) destaca que “a Economia Circular é um modelo que permite repensar as práticas econômicas da sociedade atual e que se inspira no funcionamento da própria Natureza”. Diante disso, distinguem-se dois tipos de ciclos de nutrientes: os técnicos e os biológicos, que significam, de acordo com Ellen MacArthur Foundation ([2017],p. 8):

- O ciclo técnico: envolve a gestão dos estoques de materiais finitos. O uso substitui o consumo. Os materiais técnicos são recuperados e, em sua maior parte, restaurados no ciclo técnico.

- O ciclo biológico: abrange os fluxos de materiais renováveis. O consumo só ocorre no ciclo biológico. Nutrientes renováveis (biológicos) são, em sua maior parte, regenerados no ciclo biológico.

De acordo com Stahel (2016), os modelos de negócios de economia circular se dividem em dois grupos: aqueles que promovem a reutilização e estendem a vida útil por meio de reparos, remanufatura; e aqueles que transformam bens antigos em recursos novos, reciclando os materiais. O reuso e a remanufatura é ainda mais frequente, do que a reciclagem pois o valor original, ou parte dele, permanece no produto (LINDER e WILLIANDER, 2105). Da mesma forma que Ellen MacArthur Foundation ([2017], p. 7) afirma que em “sistemas circulares usam os menores circuitos internos (p. ex.: manutenção, em vez de reciclagem) sempre que possível, preservando, assim, mais energia e outros tipos de valor incutidos nos materiais e componentes”. Na Europa, por exemplo, “a reciclagem de materiais e a recuperação energética a partir de resíduos recupera apenas 5% do valor original das matérias-primas” (ELLE MACARTHUR, 2018, tradução livre).

Algumas práticas do modelo econômico circular podem ser resumidos em 6 (seis) verbos: regenerar, compartilhar, otimizar, ciclar, virtualizar e trocar. O mais interessante é que a econômica circular não se limita em trazer apenas benefícios ao meio ambiente, ela também ira gerar novos empregos e novos modelos de negócios (VAN EIJK E JOUSTRA, 2017). O modelo econômico circular pode proporcionar muitas melhorias para o mundo, Leitão (2015, p. 159):

Esta nova forma de pensar as cadeias produtivas traz benefícios tanto operacionais como estratégicos, em ambos os níveis, micro e macroeconômico, incalculáveis oportunidades de inovação e *design*, ao nível de produtos, processos e modelos de negócio, criação de empregos e estimula o crescimento econômico inteligente, sustentável e integrador, com efeitos positivos sobre a saúde econômica, ecológica e social, rejeitando a ideia de que o crescimento é prejudicial para o ambiente.

A conscientização da sociedade sobre a economia circular é importante para que esses benefícios venham a acontecer. Trata-se de uma estratégia que quebra os paradigmas de projetar, produzir e consumir, que foram implementados na Revolução Industrial (VAN EIJK E JOUSTRA, 2017). Estratégias de comunicação e informação são necessárias para aumentar a conscientização dos fabricantes e do público sobre sua responsabilidade pelos produtos durante toda a sua vida útil (STAHHEL, 2016, tradução livre).

4 SLOW FASHION

A indústria têxtil, também conhecida como “indústria da moda”, pode ser caracterizada pelo crescimento exponencial resultante dessa integração de mercados que a globalização proporcionou (GALLELI; SUTTER; MACLENNAN, 2016). A rápida velocidade na moda é uma característica que define a atual indústria têxtil e de vestuário (FLETCHER, 2007, tradução livre). Segundo Galleli, Sutter e Maclellan (2016, p.46), a produção mundial do setor da moda “cresceu 74%, ao passo que, no mesmo período, a taxa do comércio internacional de têxteis e vestuário cresceu 188%, atingindo US\$ 526,7 bilhões”, entre 1990 e 2009.

Esse segmento da indústria é atualmente dominada pelo *fast-fashion* e pela produção just-in-time levando as tendências de moda de forma acelerada, o que conseqüentemente influencia os consumidores a comprar mais do que precisam (POOKULANGARA; SHEPHARD, 2013, tradução livre).

O conceito do *fast fashion* de acordo com Fletcher (2007, tradução livre) é:

O *fast fashion* na realidade não é sobre velocidade, mas sim sobre ganância: vender mais, ganhar mais dinheiro. O tempo é apenas um dos fatores de produção, existe também, a mão de obra, o capital e os recursos naturais que são manipulados e espremidos na busca de lucros máximos. Mas o rápido não é livre. Prazos de entrega curtos e roupas baratas só são possíveis pela exploração de mão de obra e recursos naturais.

Devido ao *fast fashion*, os consumidores não estão apenas comprando, mas também descartando em ritmo acelerado (POOKULANGARA; SHEPHARD, 2013, tradução livre). A indústria têxtil gera resíduos direta e indiretamente. O primeiro refere-se a todo material derivado de sobra e resto de uma produção que geralmente são descartados e tratados como indesejáveis por muitas empresas, pois não possui mais utilidade; e o segundo, ocorre quando o consumidor descarta a roupa, seja ela por obsolescência ou avaria, no lixo desconsiderando o resto de sua vida útil (MENEGUCCI et al., 2015).

Acredita-se que o Brasil produz 170 mil toneladas de retalho por ano, segundo estimativas do SEBRAE (2017), e que desse montante total 80% dos resíduos são descartados em lixões. De acordo com Ellen MacArthur Foundation (2017, tradução livre), o consumo de recursos não renováveis na produção irá triplicar, passando de 98 toneladas para 300 toneladas; as indústrias têxteis irão liberar 24% a mais de gás

carbônico para atmosfera; e 22 milhões de toneladas de microfibras têxtil serão dispostas nos oceanos.

Dessa forma, o *slow fashion* é um tópico que entrou em discussão na indústria têxtil e de confecção nos últimos anos (POOKULANGARA; SHEPHARD, 2013, tradução livre). Existem duas ideias do surgimento desse movimento. Muitos autores acreditam que o movimento *slow fashion* surgiu seguindo a ideia do primeiro movimento *slow* que surgiu, em 1986, na Itália no ambiente alimentício, conhecido como movimento *slow food*, que “vincula o prazer da comida à consciência e à natureza responsável na sua produção” (FERRONATO; FRANZATO, p. 111, 2015). Mas, outros acreditam que os movimentos *slow* surgiram em contraposição ao *fast food* e *fast fashion*, respectivamente (FERRONATO; FRANZATO, 2015).

A tradução de *slow* é lento, mas Fletcher destaca que o conceito não tem relação a velocidade ou tempo, mas sim a consciência concebida em toda cadeia produtiva dos tecidos e das roupas. Dessa forma, o *slow fashion* desafia empresas de vestuário a fazer esforço para incluir o sustentável, o ambiental e práticas éticas em seus projetos, para selecionar métodos de produção que enfatiza a qualidade, habilidade e trabalho experiente, e educar os consumidores para que possam desempenhar um papel ativo nas decisões sobre suas seleções de vestuário (POOKULANGARA; SHEPHARD, 2013, tradução livre). O processo do *slow fashion* pode ser dividido em três importantes partes: o design baseado em sustentabilidade e práticas éticas; a produção baseada na qualidade e valorização do trabalhador; e o um consumo instruído focado na longevidade. Ainda, tem-se foco na qualidade ao invés da quantidade. Essa mudança permite que os fornecedores planejem pedidos, prevejam o número de funcionários necessários e invista no longo prazo, dando tempo para construir relacionamentos mutuamente benéficos, oferecendo empregos seguros com salários justos (Fletcher, 2007, tradução livre).

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

A SOCIEDADE DE RISCO, O SLOW FASHION E A ECONOMIA CIRCULAR

Ancorando-se nos estudos de Beck e Giddens, entende-se que é necessária uma preocupação por parte dos seres humanos ante o processo negativo do risco ecológico. Observa-se que a economia circular e o slow fashion poderiam ser consideradas estratégias de controle dos riscos presentes na sociedade atual.

Vislumbra-se também que, a partir da implementação destas políticas e formas de se consumir, abre-se espaço para que sejam (re)pensadas melhores condições para ser e estar em sociedade, bem como molda-se um espaço para uma crítica social e política acerca do modo como estamos consumindo ultimamente. Leve-se em consideração também, frente aos altos riscos ambientais e ecológicos sinalizados pelas pesquisas, como as demonstradas aqui, um importante processo de reflexividade do ser humano sobre esse assunto.

Tanto para Beck como para Giddens, esse processo de reflexividade (às vezes você usa flexibilidade e às vezes reflexividade: precisa escolher qual dos dois) se dá por meio do modelo do rational-choice. Esse modelo considera que os atores sociais optam por depositar sua confiança em diferentes sistemas peritos. Para Giddens, a reflexividade estaria ligada a um comportamento do íntimo, identificado pelas relações interpessoais. Para Beck (2006), a flexibilidade se constrói na medida em que é sinalizado como os riscos podem constituir em uma catástrofe.

Neste sentido, na medida em que a economia circular tem como objetivos principais a preservação e aumento do capital natural, a otimização da produção de recursos e fomento da eficácia do sistema, pode-se pensar que este tipo de economia oferece uma preocupação referente aos limites naturais que podemos encontrar na nossa sociedade de risco. Bem como pode se constituir como um sistema perito, por ser um sistema “de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35)

Entretanto, considerando os interesses diversos que o próprio controle dos riscos podem possuir, já que controlar os riscos também pode ser um mercado e uma fonte de lucratividade, é importante salientar que neste contexto existem muitas ambiguidades e incertezas. Por isso, considera-se crucial a mudança social acerca dos comportamentos de egoísmo, ganância e apatia dos seres humanos que os fazem consumir de maneira exacerbadas os recursos naturais da terra.

É preciso entender e privilegiar o manejo sustentável da natureza e construir estratégias que evidenciem o olhar sobre a natureza como algo a ser respeitado, consagrado e cuidado pela coletividade. Por fim, considerando as incertezas e

ambiguidades previstas em torno dos riscos, atenta-se e considera-se importante que haja a consciência reflexiva dos sujeitos para a moldagem de uma crítica ativa em relação aos riscos e para ações voltadas ao seu enfrentamento. Portanto, analisando as discussões deste artigo, evidencia-se que tanto o *slow fashion* como a economia circular podem ser caracterizados como possíveis ferramentas para a moldagem de estratégias de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil. São Paulo: Abrelpe, 2016. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2016.pdf>>.

ASSADOURIAN, Erik. **Ascensão e Queda das Culturas de Consumo**. In: ERIK ASSADOURIAN (Brasil). The Worldwatch Institute. Estado do Mundo, 2010: estado do consumo e o consumo sustentável. Salvador: Uma Ed, 2010. p. 3-22. Disponível em:<http://blogs.worldwatch.org/transformingcultures/wp-content/uploads/2012/10/estado_do_mundo_2010.pdf>.

BECK Ulrich and SZNAIDER Natan (2006) **Unpacking cosmopolitanism for the social Sciences: a research agenda**. The British Journal of Sociology 2006 Volume 57 Issue 1.

BRASÍLIA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Consumo Sustentável: Manual de Educação. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>>.

BOURGUIGNON, Didier. Closing the loop: New circular economy package. Brussels: European Parliament, 2016.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Circular Economy Overview. 2017. Disponível em:<<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/circular-economy/overview/concept>>.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Rumo à economia circular: o racional de negócio para acelerar a transição**. 2017. Disponível em: <<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/publications> >.

FERRONATO, Priscilla Boff; FRANZATO, Carlo. **Open Design e Slow Fashion para a Sustentabilidade do Sistema Moda**. Moda Palavra E-periódico, Florianópolis, p.104-115, out. 2015. Edição Especial.

GALLELI, Barbara; SUTTER, Mariana Bassi; MACLENNAN, Maria Laura F.. **Sustentabilidade na moda brasileira: oportunidades e desafios no mercado internacional**. Revista de Gestão Social e Ambiental, [s.l.], v. 9, n. 3, p.45-63, 4 mar. 2016. RGSA- Revista de Gestao Social e Ambiental. <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v9i3.1094>.

GODECKE, Marcos Vinicius; NAIME, Roberto Harb; FIGUEIREDO, João Alcione Sganderla. **O consumismo e a geração de resíduos sólidos urbanos no brasil**. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, Santa Maria, v. 8, p.1700-1712, out. 2012.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 2, n. 35, p.57-63, mar. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>.

IBGE. População. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Revista de Desenvolvimento e Meio, Curitiba, p.175-183, 199.

KRIKKE, Harold. **Recovery Strategies and Reverse Logistics Network Design**. Holanda, BETA – Institute for Business Engineering and Technology Application, 1998.

LEITÃO, Alexandra. **Economia Circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI**. Portuguese Journal Of Finance, Management And Accounting. Portugal, p. 149-171. set. 2015. Disponível em: <<http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/PJFMA>>.

LIMA, Ana. **Consumo e sustentabilidade: em busca de novos paradigmas numa sociedade pós-industrial**. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI (Fortaleza/CE). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010.

LINDER, M.; WILLIANDER, M. **Circular Business Model Innovation: Inherent uncertainties. Business strategy and the environment**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.182-196, 17 set. 2015. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1002/bse.1906>.

MENEGUCCI, Franciele. Resíduos têxteis:: Análise sobre descarte e reaproveitamento nas indústrias de confecção. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2015, Rio de Janeiro. Anais... . Rio de Janeiro: Xi Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2015. p. 1 - 12.

POOKULANGARA, Sanjukta; SHEPHARD, Arlesa. **Slow fashion movement: Understanding consumer perceptions—An exploratory study. Journal of retailing and consumer services**, v. 20, n. 2, p. 200-206, 2013.

SEBRAE. RETALHOS DE TECIDOS: NO LUGAR DO DESPERDÍCIO, NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS. [2017]. Disponível em: <<http://www.sebraemercados.com.br/retalhos-de-tecidos-no-lugar-do-desperdicio-negocios-sustentaveis/>>.

SILVA, Edevaldo da; OLIVEIRA, Habyhabanne Maia de; SILVA, Patrícia Maria da. **Consumismo, obsolescência programada e a qualidade de vida da sociedade moderna**. Revista Educação Ambiental em Ação, Campina Grande, p.1-12, 11 set. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2108>>.

STAHEL, Walter R.. **The circular economy: A new relationship with our goods and materials would save resources and energy and create local jobs, explains**. Nature. S.i., p. 435-438. 24 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.nature.com/news/the-circular-economy-1.19594#/b1>>. Acesso em: 29 maio 2018.

VAN EIJK, Freek; JOUSTRA, Douwe Jan. **Economia Circular: do conceito à transição**. In: LUZ, Beatriz (Org.). **Economia Circular Holanda - Brasil: da teoria à prática**. Rio de Janeiro: --, 2017. p. 15-25.

WORLD WILDLIFE FUND. **Planeta Vivo: Relatório 2014**. Suíça: WWF, 2014. 36 p. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/sumario_executivo_planeta_vivo_2014.pdf>.

(Recebido em maio de 2019; aceito em julho de 2019)